



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: *Democracia, Participação Popular e Novas Resistências*
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

Capitalismo e crise ambiental: crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável

Resumo

N'A ideologia alemã, Marx e Engels trazem uma análise de como o capitalismo tornou o homem alienado da natureza. Deste modo, o homem não se enxerga como parte da natureza, mas tem como objetivo dominá-la. As ideias iluministas foram fundamentais para a consolidação desse novo pensamento, pois alicerçaram uma lógica baseada na ciência, no individualismo e na dominação do meio ambiente. A exploração capitalista da natureza tem ocasionado inúmeros desastres ambientais e eventos climáticos extremos ao longo da história. Mészáros (2011) aponta que a lógica expansiva do capital é inconciliável com o equilíbrio do meio ambiente, assim o objetivo desse artigo é analisar a crise ambiental como resultado da lógica capitalista e fazer uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: crise ambiental; desenvolvimento sustentável; degradação ambiental.

Abstract

In The German Ideology, Marx and Engels analyze how capitalism has alienated humans from nature. Consequently, people no longer see themselves as part of nature but instead aim to dominate it. Enlightenment ideas were crucial in consolidating this new way of thinking, as they established a logic based on science, individualism, and the domination of the environment. Capitalist exploitation of nature has led to numerous environmental disasters and extreme weather events throughout history. Mészáros (2011) argues that the expansive logic of capital is incompatible with environmental balance. Therefore, the aim of this article is to analyze the environmental crisis as a result of capitalist logic and to critique the concept of sustainable development.

Keywords: environmental crisis; sustainable development; environmental degradation

Introdução

Ser radical é agarrar as coisas pela raiz (Marx, 2005, p. 151).

Na última década tem crescido o número de produções culturais, como filmes e séries, que tratam sobre o fim do mundo e a luta da humanidade pela continuidade da espécie. De acordo com Guzzo e Taddei (2019) obras que tratavam sobre o apocalipse já eram comuns, mas as novas produções trazem o diferencial, pois agora o fim do mundo acontece por uma crise com a natureza.

Em tais produções, os motivos que levam a humanidade estar próxima a extinção são vários: vírus, fungos, guerras, catástrofes ambientais. Isso deixa evidente a perspectiva ideológica de que é mais fácil pensar no fim do mundo do que no fim do capitalismo. Ao mesmo tempo, as manchetes mais frequentes nos jornais são sobre eventos climáticos extremos como ondas de calor, ondas de frio e enchentes. Seria o ciclo natural do planeta ou estamos vivendo uma crise ambiental?

Nos últimos anos eventos climáticos extremos estão cada vez mais frequentes. Podemos citar como exemplo as chuvas em 2022 em Petrópolis no Rio de Janeiro, que deixaram mais de 4 mil pessoas desabrigadas e 235 mortos. Não é apenas o Brasil que tem sofrido com as consequências dos eventos climáticos extremos. Segundo uma matéria da Revista Galileu¹, um estudo de pesquisadores espanhóis observou que em 2022 cerca de 70 mil pessoas morreram devido ondas de calor na Europa.

A natureza não conhece fronteiras nacionais, tais eventos não se limitam a algumas localidades do mundo, pelo contrário se manifestam em todos os continentes, sem distinção. Contudo, é importante frisar que as consequências não são sentidas de forma igual, mas sim reproduzindo as diferenças socioeconômicas produzidas historicamente pelo capitalismo. Assim, os países periféricos são os que mais sofrem com a crise ambiental, sobretudo a classe trabalhadora que já se encontra em situação vulnerável.

O presente artigo tem como objetivo analisar a crise ambiental como resultado da lógica capitalista e fazer uma crítica, à luz das ideias marxistas, sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. N'a Ideologia Alemã (2009), Marx e Engels argumentam que o capitalismo foi responsável por alienar o homem da natureza, ou seja, torná-lo

¹ Calor extremo causou 70 mil mortes em 2022 na Europa. Disponível em : <https://revistagalileu.globo.com/um-so-planeta/noticia/2023/11/calor-extremo-causou-70-mil-mortes-na-europa-em-2022-recalcula-estudo.ghtml> acesso em: 10/05/2024.

um ser exterior, estranho a ela, com o propósito de dominá-la. Já Mészáros (2011) explica que a lógica do capital é de infinita expansão orientada para a acumulação e isto coloca a natureza como um dos seus limites de crescimento.

Com a consolidação da sociedade capitalista as ideias iluministas que tem como pilares: o individualismo pautado na pretensa autonomia do ser, a possibilidade, via racionalidade, de o homem dominar a natureza. Ao mesmo tempo tais ideais enfraquecem os laços de comunidade e de solidariedade. Este modo de pensar e enxergar o mundo tornaram-se verdades universais. Tal ideologia foi fundamental para a expansão e consolidação do capitalismo como modo de produção.

Com o desenvolvimento das forças produtivas o capitalismo mostrou o seu poder destrutivo. A II Guerra Mundial (1939-1945), principalmente com as bombas de Hiroshima e Nagasaki, tornou evidente como o avanço da técnica para a obtenção dos interesses do capital é incontrolável e destrutivo. O acidente de Chernobyl em 1986, na cidade de Pripjat, mostrou as fragilidades do chamado socialismo real da União Soviética, que também não levava em conta os limites da natureza.

Na década de 1960, começam a surgir os primeiros debates críticos acerca da degradação ambiental. O movimento de contracultura além de trazer críticas a esfera comportamental, também tinha preocupação com o meio ambiente (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

O debate sobre a degradação ambiental não está alheio aos intelectuais da burguesia. Desde os anos 1970, o tema tem sido debatido nos fóruns da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como tratados para de cooperação para tentar amenizar a crise ambiental dentro da lógica do capital. O protocolo de Kyoto é um bom exemplo de ações desse gênero. Firmado em 1997 e assinado por 84 países, tem como objetivo reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Porém o estudo de Sá Barreto (2020) mostra que os gases do efeito estufa ainda são lançados em um grau muito mais elevado que o planeta pode suportar.

Tais acordos de cooperação tratam a questão sem questionar a natureza do capitalismo, por isso se mostram frágeis e incapazes de solucionar a crise ambiental. Além disso, colocam a solução para a crise em uma esfera individual, ações individuais

para salvar o planeta. Nesse sentido, os acordos e os fóruns são permeados de contradições, já que propõem um capitalismo verde.

Este artigo está dividido em duas partes. A primeira abordará a natureza expansível do capital e suas consequências para a natureza. A segunda trará algumas reflexões sobre o debate ambiental na ONU, seus limites e as contradições do desenvolvimento sustentável.

Capitalismo e natureza: uma relação inconciliável

No manuscrito A ideologia Alemã, Marx e Engels tecem a crítica a concepção materialista da história dos filósofos alemães, além de lançar a famosa tese onze “Os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2009, p.126). Os autores criticam a filosofia alemã por separar o homem da natureza, o tratar como ser exteriorizado “[...] mas essa diferenciação só tem sentido na medida em que se considera o homem como sendo diferente da natureza” (MARX; ENGELS, 2009, p. 39).

De acordo com Marx e Engels (2009) os homens precisam atender suas necessidades de sobrevivência: comer, beber, ter uma moradia. Para atendê-las o homem necessita modificar a natureza e essa relação se concretiza através do trabalho. Assim, desde os primórdios da humanidade o homem modifica a natureza para produzir as condições necessárias para a sua reprodução social.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, surge agora imediatamente como dupla relação natural, por outro como relação social – social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em circunstâncias for e não importa de que modo e com que fim (MARX; ENGELS, 2009, p. 42-43).

A relação homem e natureza foi se modificando ao longo da história de acordo com as condições materiais de cada época, porém aqui nos interessa discutir como esse vínculo se desenvolve e se manifesta na sociedade capitalista.

O capitalismo ascende como modo de produção dominante nas ruínas do feudalismo. Se antes a verdade da igreja era tida como a única verdadeira, a ascensão da sociedade burguesa constrói uma doutrina de pensamento baseada na verdade científica. Tal doutrina, que conhecemos hoje como iluminismo, foi fundamental para disseminar a ideologia burguesa e assentar os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade. Era necessário enterrar de vez o Antigo Regime, nesse contexto, a ideologia cristã passou a ser duramente criticada pelos pensadores da burguesia. De acordo com Falcon (1986, p. 38)

A razão iluminista instaura em definitivo “o reino da crítica” e, ao fazê-lo, não é apenas o Estado absolutista que lhe serve de alvo. É sociedade existente como um todo que deve ser reconstruída. Identificando no cristianismo a verdadeira essência da sociedade contemporânea os iluministas promovem a crítica impiedosa dessa cidade de Deus, para em seu lugar edificarem a cidade dos homens, natural, secular, ou, quem sabe, a cidade celestial dos filósofos.

O autor ainda argumenta que o iluminismo foi uma ideologia que ao mesmo tempo destruiu e construiu. Destruiu as bases do Antigo Regime, ou seja, o pensamento irracional apoiado nos ensinamentos da bíblia e a monarquia absolutista que se baseava na sucessão sanguínea e no rei como figura que representava deus na terra. Construiu as bases da nova sociedade que estava surgindo, baseada na racionalidade da ciência.

Já Ferreira (2016, p. 11) argumenta que

[...] a ciência moderna trouxe consigo a perspectiva de que o estudo dos fenômenos da natureza poderia ser aplicado para a transformação do meio e, nesse sentido, provocou uma inédita aproximação entre os saberes especulativos e técnicos, entre a teoria e a prática. Coincidindo com o momento inicial de expansão capitalista europeia, tal perspectiva coadunava diretamente com os interesses dos agentes dessa expansão, à medida que oferecia soluções tecnológicas para muitos dos entraves enfrentados nessa empreitada.

Em suma, o Iluminismo foi essencial para a expansão técnica e territorial do capitalismo, bem como assentar uma nova racionalidade científica em oposição a ideologia do cristianismo que sustentava as bases do Antigo Regime Feudal. Tal expansão implicou em uma dominação da natureza pelo homem nunca antes vista na história da humanidade.

Para Marx e Engels (2009) a ascensão do capitalismo como modo de produção foi responsável por separar o homem da natureza. Isso aconteceu devido a separação do homem dos meios de produção e a perda do controle do trabalho. Na sociedade medieval o servo tinha o controle de todas as etapas do seu trabalho: a preparação da terra, a plantação das sementes, a colheita. Isto fazia com que a relação com a natureza fosse mais próxima e levava o conhecimento dos ciclos de colheita, das fases da lua. No capitalismo a conexão com a natureza se tornou alienada.

[...] Quando esta autossuficiência se quebra e progressivamente dá lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas já estamos testemunhando o vitorioso avanço do modo de controle do capital, trazendo consigo, no devido tempo, também difusão universal da alienação e da reificação (MÉSZÁROS, 2011, p. 101).

Assim, o homem não se enxerga mais como parte da natureza, mas com o dever de dominá-la e transformá-la de acordo com os seus interesses, ou seja, de acordo com os interesses do capital. O Iluminismo foi uma parte importante para a consolidação do ideal do homem dominador.

[...] Ao assumir a natureza como objeto de domínio das ciências e como matéria para a produção, o que se colocou em prática foi um progressivo processo de apropriação dos recursos naturais, que tem resultado na redução da disponibilidade desses mesmos recursos (FERREIRA, 2016, p. 5).

De acordo com Elias (1994 apud FERREIRA, 2016) a ideia de progresso pregada pelo Iluminismo criou a relação de que para alcançar o bem-estar social é

necessário o máximo de desenvolvimento econômico, porém isso não ocorre sem a destruição da natureza.

[...] é neste princípio que se encerra um dos paradoxos mais fundamentais do sistema capitalista, posto que determina seu caráter autodestrutivo. Esse paradoxo pode ser expresso pela seguinte equação: o consumo de recursos naturais é diretamente proporcional ao ritmo de crescimento econômico capitalista, mais intensa é a dilapidação dos seus próprios meios de reprodução, ou seja, mais perto ele se encontra da carestia e logo mais da ruína (FERREIRA, 2016, p. 12).

Conceição (2005, p. 82) aponta que o “O projeto iluminista fundamenta-se na lógica de “destruição criativa” como condição essencial da modernidade”. Dessa forma, o modo de produção capitalista não só tornou o homem alienado da natureza, mas também fixou o ideal de ‘progresso igual a desenvolvimento econômico’. Esse vínculo é responsável pelo consumo de matéria-prima em escala industrial, em todas as partes do globo. O resultado tem sido desastres ambientais e inúmeras mortes.

Segundo Mészáros (2011) o sistema do capital possui uma lógica expansível e destrutiva. Além disso, é um sistema incontrolável e totalizador, que reprime qualquer lugar e qualquer um que encontre resistência. Pela primeira vez na história está em voga um modo de produção de escala global que destrói e reprime tudo e todos. Assim, o autor ainda argumenta que o sistema do capital não leva em consideração as necessidades de sobrevivência do homem. O valor de uso é secundário, ou seja, o que prevalece é o valor de troca.

Isso pode ser constatado quando observamos a situação da classe trabalhadora nos países periféricos, em que muitas vezes falta itens básicos para a reprodução social como água, comida, moradia. Neste modo de produção o deus é o dinheiro, todas as ações estão em torno de gerar mais acumulação de riqueza, não importa as consequências.

Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável

A década de 1960 foi de muitas mudanças sociais e culturais. Era Guerra Fria, o mundo estava polarizado entre o Socialismo da União Soviética e o capitalismo dos Estados Unidos. Enquanto isso, começava a eclodir na América Latina regimes ditatoriais. Movimentos de resistência e crítica também marcaram essa década. De acordo com Hayek (2012) nos Estados Unidos havia muita descrença na corrida armamentista, além de uma intensificação da luta racial pelos direitos civis, situação que resultou na insatisfação de pessoas de vários recortes sociais.

A contracultura foi um dos movimentos mais importantes da época. Tal movimento propunha uma resistência pacífica, claramente uma reação à guerra, e trazia questionamentos na esfera dos comportamentos sociais como a repressão ao uso de drogas e a falta de liberdade sexual, principalmente a da mulher (HAYEK, 2012).

O palco deste protesto era também a desigualdade social, que de um lado expunha a prosperidade, o crescimento econômico e aumento da riqueza para alguns e do outro a desigualdade social interna, a desigualdade racial, a Guerra do Vietnã e muitas idéias conservadoras e moralistas. Os jovens não queriam mais ir às guerras, pela primeira vez recusavam-se a alistar-se para servir ao país no derramamento de sangue sem sentido a seus olhos. O próprio sentido de guerra era questionável, uma vez que a vida ganha um valor maior que o amor à pátria (Idem, p. 321).

É nesse contexto que iniciou a primeira crítica a degradação do meio ambiente. Os primeiros debates sobre meio ambiente na Organização das Nações Unidas (ONU) aconteceram na década de 1970, em meio a Guerra Fria. Em 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo na Suécia, que tinha como objetivo principal debater sobre a degradação ambiental ocasionada pela atuação do homem sobre a natureza.

De acordo com Dias (2017) antes da conferência foram realizadas reuniões preparatórias com a elaboração de um relatório chamado “*The limits to growth*”² para o Clube de Roma. Tal documento foi construído por um grupo interdisciplinar do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e analisa a questão ambiental de uma

²um dos livros sobre meio ambiente mais vendido da história.

perspectiva neomalthusiana, na qual advertia que a intensificação do crescimento populacional é um fator para esgotamento dos recursos naturais. Porém o modelo de consumo utilizado foi dos Estados Unidos, país com um grau de consumo muito acima da média até dos países centrais, e desconsiderando o estilo de vida dos países periféricos, onde grande parte da sua população luta para ter acesso ao mínimo para a reprodução social.

A Conferência de Estocolmo reuniu 112 países e deu origem a Declaração de Estocolmo que traz uma visão global de como a questão ambiental deve ser enfrentada. É nesse documento que aparece pela primeira vez o princípio de que a natureza deve ser preservada para atender as necessidades das gerações atuais e futuras, bem como o princípio de que um meio ambiente equilibrado é direito de todos.

Contudo, o documento não fere o *modus operandi* do modo de produção capitalista. Em nenhum momento há uma crítica a expansão destrutiva do capital e sua apropriação irracional da natureza, porém foi tal conferência que deu o pontapé inicial para o debate sobre o meio ambiente para além da visão nacional, mas como responsabilidade internacional, principalmente dos países centrais. Também foi fundamental para dar mais visibilidade midiática aos desastres ambientais, trouxe destaque para o tema.

Apesar de não chegar perto da raiz do problema – ou seja, não propor algo para além do capital, nem fazer uma crítica do sistema – a Conferência de Estocolmo foi essencial para um avanço nas reflexões sobre meio ambiente na esfera da sociedade civil, abrindo espaço para reflexões críticas no campo marxista. Segundo Dias (2017, p. 11)

[...] esse evento é considerado como um marco de fundamental importância no processo de internacionalização do debate e divulgação dos problemas relacionados ao meio ambiente. Também houve o fortalecimento do papel das ONGs (organizações não governamentais) voltadas à proteção ambiental, o que impulsionou muitas destas entidades em direção a um contexto de maior destaque nas décadas seguintes.

Em abril de 1986 aconteceu um dos maiores acidentes nucleares da história na cidade de Pripjat, antiga União Soviética. A explosão de um dos reatores da usina nuclear de Chernobyl lançou material radioativo na atmosfera e tornou uma região inteira da atual Ucrânia inabitável. Segundo estimativas oficiais³ ao todo foram 25 mil mortes. Tal catástrofe ligou um sinal de alerta de como a ação do homem pode destruir uma região inteira e torná-la inabitável por milhares de anos.

Em outubro de 1987 foi lançado o Relatório de Brundtland que lança as bases do conceito de desenvolvimento sustentável que é o mais utilizado até os dias de hoje. De acordo com esse conceito, o desenvolvimento sustentável busca manter a harmonia entre desenvolvimento econômico e a natureza. A elaboração do documento contou com a participação de pesquisadores de várias nacionalidades, além de políticos e ambientalistas.

A importância deste relatório deve-se ao fato de ser resultado de um processo desenvolvido durante anos e contar com a contribuição de diversos pesquisadores, políticos e ambientalistas, promovendo audiências públicas em vários países do mundo. Destaca-se, ainda, pelo seu conteúdo que tem como argumento principal a formulação dos princípios do desenvolvimento sustentável, servindo como fonte primária para diversas ONGs e órgãos de Estado que defendem princípios semelhantes (DIAS, 2017, p. 12).

O Relatório é mais um documento que trata a questão ambiental tentando conciliar os interesses do capitalismo com o equilíbrio do meio ambiente. Contudo, isso não é possível uma vez que a lógica do capital é orientada para a expansão, ou seja, quanto maior a produção e circulação de mercadorias, maior é a exploração da natureza.

De acordo com Conceição (2005, p.84)

³ Chernobyl: o pior desastre da história foi há 37 anos. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/especiais/chernobyl/2023-04-26-Chernobyl-o-pior-desastre-nuclear-da-Historia-foi-ha-37-anos-b8f615b6> acesso em: 13/05/2024.

O sistema metabólico sócio econômico do capital induz à ampliação da velocidade da produção dos valores de troca, que emerge cada vez mais crescente. [...] Consumo e destruição são equivalentes funcionais, o que denota o caráter contraditório do discurso do desenvolvimento sustentável, o caráter da sua insustentabilidade.

Os debates organizados pela ONU cumprem o papel ideológico de colocar a crise ambiental como algo individual, responsabilizando o indivíduo e com um um recorte neomalthusiano se resumindo ao controle populacional. Além disso, desde 1987 é amplamente difundido o conceito de desenvolvimento sustentável que propõe equalizar o crescimento econômico com o equilíbrio natural. Porém isso não é possível uma vez que, como já foi exposto ao longo deste artigo, o capital para alcançar a sua realização plena necessita se expandir, tal expansão avança sobre os recursos naturais e o transforma em um limite do capital, conforme exposto por Mészáros (2011). Desse modo,

O centro da discussão passa a ser direcionado contra o modo de *produção* e de *vida* dos homens, estes considerados como responsáveis pela crise do meio ambiente, indicando a necessidade de encontrar a reintegração da relação homem *versus* natureza, através de ações práticas articuladas ao processo ecológico, tecnológico e cultural, conforme os estilos de vida, a partir das potencialidades ecológicas locais (CONCEIÇÃO, 2005, p. 83).

Além disso, dentro da perspectiva é incentivada atitudes individuais para a resolução da crise ambiental, ou seja, é necessário que o indivíduo comece a adotar no seu dia a dia atitudes mais sustentáveis como desligar a torneira ao escovar os dentes para evitar o desperdício de água, trocar carros movidos a gasolina por carros elétricos, usar escova de dentes de bambu. Porém tais soluções, além de não terem efeito, ajuda a manter a roda do capital girando, uma vez que demanda uma troca de produtos ‘insustentáveis’ por produtos *ecofriendly*, porém sem questionar a ideologia do consumo.

Outro pilar importante desse discurso é a educação ambiental. Para tal perspectiva é fundamental que nas escolas e na comunidade seja adotada uma educação

que respeite o meio ambiente e atitudes de cuidado com o meio ambiente são incentivadas, mas o discurso também fica na superficialidade.

O direcionamento da responsabilidade da crise ecológica passa a ser orientado na condição humana na ideia da possibilidade de solução apenas a partir da educação ambiental. Desta forma *é afastada a leitura das contradições entre a expansão do desenvolvimento econômico e os limites dos recursos da natureza*, permanecendo intocável a essência da dimensão da estrutura sócio-econômica do modo de produção capitalista, definida no intercâmbio metabólico com a natureza, riqueza e propriedade (CONCEIÇÃO, 2005, p. 83).

O discurso ecológico dentro da perspectiva capitalista busca apenas tratar os sintomas da crise ambiental. São saídas meramente paliativas que resolvem temporariamente a questão, por exemplo, se ocorre uma enchente, causa a morte de milhares de pessoas, não há um questionamento do planejamento urbano e a lógica de produção capitalista da cidade, os governantes vão reconstruir os locais afetados e esperar uma nova chuva alagar tudo novamente, pois a reconstrução na maioria das vezes segue a mesma lógica de ausência de respeito aos limites ambientais.

Enquanto isso, a classe trabalhadora mais precarizada sofre as consequências, são os bairros de suas residências que são alagados, que ocorrem deslizamentos e que tem maior sensação térmica. Desse modo Conceição (2005, p. 85) faz uma relação entre apropriação da natureza e precarização do trabalho:

1) Negando os limites do crescimento, anuncia a reintegração do homem à natureza, à racionalidade do capital, gerando novas formas de apropriação dos recursos naturais, frente às novas formas de exploração do trabalho, via a desregulamentação dos direitos do trabalho; a precarização e a terceirização da força humana que trabalha. Deslocando o eixo da problemática da dimensão do real que move o circuito Estado-Capital e Trabalho para o simulacro da imensurável busca do lucro, não se argúi a incontrolabilidade do sistema de produção de mercadorias (CONCEIÇÃO, 2005, p. 85).

Em suma, há uma impossibilidade da crise ambiental ser resolvida dentro do capitalismo, pois para a superação de tal questão é necessário vencer a lógica expansionista, questionar e derrubar a ideologia do consumo e criar modos de vida que busquem ser harmônicos com a natureza. Isso só é possível com a superação do capitalismo, ou seja,

Considerações finais: reflexões para o agora

O capitalismo foi responsável por alienar o homem da natureza, criar a ilusão que o homem é um ser externo a ela e autônomo, desvinculado de seus complexos. Tal ideologia combinada com a lógica do capital orientada a expansão trouxe consequências desastrosas ao meio ambiente, visto que o desenvolvimento do modo de produção capitalista é marcado por desastres ambientais e uma ofensiva de destruição da natureza. Os valores iluministas de uma verdade universal pautada na racionalidade científica e na dominação da natureza pelo homem foram essenciais para o estabelecimento deste modo de produção e do seu modo de pensar que tem uma perspectiva individualista, que o tempo todo enfraquece os laços de solidariedade e de comunidade.

Ao reconhecer o caráter destrutivo da ação humana sobre os recursos naturais o debate sobre a questão ecológica começou a ser construído dentro dos círculos capitalistas, sendo a ONU a vanguarda desse processo. As conferências e relatórios realizados por ela tem impactos na consciência da maioria da população, uma vez que a maioria da sociedade civil enxerga como saída da crise ambiental a adoção de medidas na esfera individual, sem ter uma visão da totalidade acerca do tema.. Desse modo, tais discussões ficam na superficialidade tudo é reduzido a esfera individual, sem questionar o modo de produção capitalista e sua lógica expansionista sobre tudo e todos.

Nesse contexto, qual o papel da teoria social crítica frente a crise ambiental? Temos um desafio que é desvelar a aparência de tal crise e apontar a raiz do problema. Enquanto aparentemente a crise é uma questão individual que pode ser resolvida com

pequenas mudanças no estilo de vida de cada sujeito, entendemos que a raiz está na lógica do sistema do capital que coloca o lucro acima do bem-estar da população e da preservação do planeta. É dever dos marxistas encarar esse debate, que é a discussão mais importante do nosso tempo. É necessário entender, criticar e superar esse modo de produção para frear a crise ambiental. Caso contrário provavelmente viveremos em uma dessas séries pós-apocalípticas, ou seja, na barbárie.

Referências

- CONCEIÇÃO, A. L. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **Eisforia (UFSC)**, Florianópolis/SC, v.02, n.02, p.79-91, 2005.
- DIAS, E. S. Os (des) encontros internacionais sobre meio ambiente: da conferência de estocolmo à Rio+20 - expectativas e contradições. **Caderno prudentino de geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 39, p. 6-33, 2017.
- GUZZO, M.; TADDEI, R. Experiência estética e atropoceno: políticas do comum para o fim do mundo. **Revista desigualdade e diversidade**, [s. l.], n. 17, p. 72-88, 2019.
- FALCON, F. J. C. **Iluminismo**. 1. ed. São Paulo: ática, 1986.
- FERREIRA, R. S. **Capitalismo, ciência e natureza**: do ideário iluminista do progresso à crise ambiental contemporânea. Orientador: Maria Izabel Vieira Botelho. 2016. 139 p. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em extensão rural) - Universidade de Viçosa, Viçosa, 2016.
- HAYEK, T. F. M. Diálogos entre a contracultura, meio ambiente e o desenho animado: the bear that wasn't (o urso que não foi). In: **XII Safety, Health and Environment World Congress**, São Paulo, p. 320-324, 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005).
- MÉSZÁROS, Isteván. **Para além do capital**: rumo a teoria da transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

SÁ BARRETO, E. Crise climática e o Green New Deal: uma primeira aproximação crítica. **Revista Fim do Mundo**, n.2, 2020.

VIZEU, F.; MENEGGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, 2012.